

Pânicos morais e mobilização política: as estratégias da extrema-direita para controlar o debate público

Herbert Rodrigues¹
ORCID: 0000-0002-4987-1486

Resumo: Este artigo analisa a instrumentalização de pânicos morais durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com foco nos discursos utilizados para reforçar as estratégias políticas da extrema-direita, deslegitimar opositores e mobilizar a base de aliados. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo discute os principais casos de pânicos morais fomentados durante o período, incluindo a questão da pedofilia, a “ideologia de gênero”, as críticas à comunidade LGBTQIA+, a defesa da família tradicional, o movimento Escola sem Partido, os ataques violentos nas escolas, a ideia de “cidadão de bem”, o negacionismo científico, particularmente na pandemia de COVID-19, a demonização do comunismo e do globalismo como inimigos internos e externos, entre outros. Utilizando análise de discurso e revisão bibliográfica sobre pânicos morais, extrema-direita e comunicação política, argumentamos que esses pânicos foram fundamentais para a manutenção do apoio à extrema-direita, promovendo polarização e desconfiança institucional.

Palavras-chave: pânico moral; bolsonarismo; extrema-direita; negacionismo; populismo.

¹ Professor de Sociologia da Missouri State University, EUA. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela USP e mestrado em Antropologia Social também pela USP. E-mail: hrodrigues@missouristate.edu Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4620177782951175>

Abstract: This article analyzes the instrumentalization of moral panics during Jair Bolsonaro’s government (2019-2022), focusing on the discourses used to reinforce the political strategies of the far right, delegitimize opponents, and mobilize the base of allies. Through a qualitative approach, the study discusses key cases of moral panics fostered during this period, including issues related to pedophilia, “gender ideology,” criticisms of the LGBTQIA+ community, the defense of traditional family values, the Escola sem Partido movement, violent attacks in schools, the concept of the “good citizen,” scientific denialism—particularly during the COVID-19 pandemic—and the demonization of communism and globalism as internal and external enemies, among others. Using discourse analysis and a literature review on moral panics, the far right, and political communication, we argue that these panics were crucial for maintaining support for the far right, promoting polarization and institutional distrust.

Keywords: Moral panic. Bolsonarismo. Far right. Denialism. Populism.

Resumen: Este artículo analiza la instrumentalización de los pánicos morales durante el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022), enfocándose en los discursos utilizados para reforzar las estrategias políticas de la extrema derecha, deslegitimar a los oponentes y movilizar la base de aliados. A través de un enfoque cualitativo, el estudio discute casos clave de pánicos morales fomentados durante este período, incluyendo temas relacionados con la pedofilia, la “ideología de género”, críticas a la comunidad LGBTQIA+, la defensa de los valores familiares tradicionales, el movimiento Escola sem Partido, ataques violentos en las escuelas, el concepto de “ciudadano de bien”, el negacionismo científico—particularmente durante la pandemia de COVID-19—y la demonización del comunismo y del globalismo como enemigos internos y externos, entre otros. Utilizando análisis del discurso y una revisión bibliográfica sobre pánicos morales, la extrema derecha y comunicación política, argumentamos que estos pánicos fueron cruciales para mantener el apoyo a la extrema derecha, promoviendo la polarización y la desconfianza institucional.

50

Palabras clave: Pánico moral. Bolsonarismo. Extrema derecha. Negacionismo. Populismo.

Introdução

A ascensão do bolsonarismo no cenário político brasileiro trouxe à tona traumas sociais adormecidos e revelou novas estratégias de comunicação política que alteraram profundamente a dinâmica do debate público. Um dos recursos utilizados nesse contexto foi a exploração de pânicos morais, que serviram para fortalecer a base política do governo, promover a polarização e minar a confiança popular nas instituições democráticas. Este artigo tem como objetivo investigar os mecanismos discursivos e práticos que fomentaram os pânicos durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), sem ignorar, entretanto, que tais elementos já estavam presentes na sociedade brasileira antes da ascensão da extrema-direita e permanecem ativos mesmo após a derrota eleitoral em 2022. Para efeito de análise, concentraremos nossa atenção no período em que Bolsonaro esteve no poder.

O uso de pânicos morais pela extrema-direita no Brasil não é fenômeno inédito, mas ganha relevância ao ser compreendido como parte de uma estratégia de apropriação e controle do debate público. Por meio dessa prática, medos difusos da população foram transformados em narrativas politicamente mobilizáveis, dirigidas contra minorias e adversários ideológicos. Neste estudo, analisaremos como o conceito de pânico moral, amplamente discutido na sociologia, pode ser aplicado ao contexto do governo Bolsonaro. Investigaremos, especificamente, de que maneira discursos e práticas políticas contribuíram para a construção de inimigos simbólicos e para o aprofundamento da polarização na sociedade brasileira.

O período de governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma retórica conservadora e polarizadora, frequentemente articulada em torno de questões de moralidade. Por essa razão, os pânicos morais tornaram-se instrumentos centrais de poder político, utilizados para consolidar apoio e desviar a atenção das crises políticas e econômicas que ameaçavam a estabilidade do governo. Entre os principais temas mobilizados, destacam-se a questão da pedofilia, a chamada “ideologia de gênero”, as críticas à comunidade LGBTQIA+ em defesa da família tradicional, o movimento Escola sem Partido, os ataques violentos em escolas, a exaltação da ideia de que “bandido bom é bandido morto” e a promoção do “cidadão de bem”. Do mesmo modo, o governo fomentou o negacionismo científico durante a pandemia de COVID-19, além de demonizar o comunismo, o globalismo e os movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Temas ligados à guerra contra o “politicamente correto”, às questões religiosas e à narrativa anticorrupção também foram utilizados para mobilizar segmentos específicos da população.

De acordo com o cientista político Cass Mudde, regimes populistas de direita frequentemente recorrem a uma linguagem emocional e a apelos à moralidade como forma de mobilização política. Esse fenômeno reflete o que ele chama de uma “imaginação moralista da política”, baseada na oposição entre um povo moralmente puro e elites percebidas como corruptas ou moralmente inferiores (MUDDE, 2019). No caso do bolsonarismo, essa estratégia foi instrumentalizada para justificar ações e discursos polarizadores, resultando na construção de ameaças constantes aos valores morais.

Os pânicos morais, nesse contexto, desempenharam um papel central na articulação do populismo de direita no Brasil. Esses dispositivos narrativos se ancoraram em emoções como medo, indignação e ressentimento para mobilizar politicamente segmentos conservadores e reacionários da sociedade. A deslegitimação de grupos específicos, como a comunidade LGBTQIA+, ativistas dos direitos humanos, movimentos sociais, professores e cientistas, foi essencial para criar a ilusão de uma luta de “nós contra eles”.

Estudar pânicos morais em contextos de crise política e econômica, especialmente em democracias frágeis, é de grande relevância sociológica. Esses fenômenos oferecem um campo fértil para compreender os processos de manipulação do medo e da moralidade na política contemporânea. Este estudo, portanto, contribui para o entendimento das dinâmicas sociopolíticas recentes no Brasil, lançando luz sobre os mecanismos de poder que sustentam regimes populistas de direita. Ao investigar as articulações entre discurso, prática política e polarização, esperamos fornecer subsídios para análises mais amplas sobre o impacto dos pânicos morais em sociedades marcadas pela desigualdade e pelo conflito ideológico.

A relevância do conceito de pânico moral

O conceito de pânico moral foi introduzido pelo sociólogo britânico Jock Young, em 1971, para analisar os significados socioculturais do uso de drogas (YOUNG,

1971). Posteriormente, Stanley Cohen (1972) ampliou sua aplicação ao investigar a construção social do desvio em seu estudo sobre as gangues juvenis *Mods* e *Rockers* no Reino Unido. Cohen enfatizou o papel da mídia na estereotipação e distorção das representações do desvio e dos desviantes. Para ele, o pânico moral constitui um fenômeno social que emerge diante de uma ameaça real percebida aos valores morais dominantes.

Cohen argumenta que os pânicos morais se caracterizam por uma indignação exacerbada e por cruzadas morais impulsionadas por narrativas midiáticas sensacionalistas, gerando medo generalizado, ansiedade coletiva e preocupação social. Em suas próprias palavras, o pânico moral ocorre quando “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para serem definidas como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotipada pela mídia (COHEN, 1972, p. 9, tradução nossa).

O fenômeno costuma ser direcionado a grupos específicos — subculturas, movimentos sociais ou indivíduos — que são rotulados como “demônios populares” (*folk devils*) e responsabilizados pela suposta ameaça à ordem moral. Esse processo de rotulação pode resultar na estigmatização, na exclusão social e até em medidas repressivas por parte do Estado, como políticas públicas e intervenções legais, reforçando a hegemonia dominante. Além disso, Cohen ressalta que os pânicos morais frequentemente não se baseiam em evidências objetivas, mas sim em construções sociais que refletem as ansiedades, valores e relações de poder de determinada sociedade (COHEN, 1972).

Segundo Cohen, os pânicos morais são frequentemente catalisados por crises sociais e econômicas, servindo como mecanismo para restaurar a ordem e reafirmar fronteiras morais ameaçadas. Cohen propõe que os pânicos morais seguem três fases principais: inventário, significação e ação. Na fase de inventário, os meios de comunicação desempenham um papel central ao organizar rumores e percepções desordenadas, criando um *corpus* interpretativo do problema por meio de exagero, predição e simbolização. Na fase de significação, o foco se desloca dos fatos para suas implicações, conectando o problema a valores ameaçados e crises sociais mais amplas, como a “crise da família” ou a “crise de autoridade”. Por fim, na fase de ação, ocorre a mobilização de mecanismos de controle social, envolvendo tanto a sensibilização do público quanto a atuação de agências formais de controle e “empresários morais” (COHEN, 1972).

Howard Becker, sociólogo norte-americano conhecido por seu trabalho sobre a teoria do rotulamento (ou etiquetamento), cunhou o termo “empreendedores morais” para se referir a indivíduos ou grupos que buscam estabelecer normas e valores morais e promover mudanças sociais com base em sua visão pessoal de moralidade (BECKER, 2008). Becker argumenta que os empreendedores morais são aqueles que procuram influenciar a sociedade, rotulando certos comportamentos como desviantes ou imorais e mobilizando apoio público para suas causas. Esses empreendedores morais podem ser ativistas, líderes religiosos, políticos, profissionais liberais, membros de organizações da sociedade civil ou outros grupos e indivíduos que buscam moldar a moralidade social de acordo com sua perspectiva.

Os empreendedores morais geralmente usam estratégias como a estigmatização, a condenação pública, a mobilização social e a pressão política para promover suas agendas e buscar mudanças na legislação, políticas públicas ou comportamentos sociais. Eles podem se envolver em campanhas de conscientização, protestos, lobby político, ou outros meios de influência social para alcançar seus objetivos. A ideia de pânico moral está relacionada aos empreendedores morais, pois esses grupos de interesse detêm poder político suficiente para construir narrativas que aumentam a percepção de ameaça aos princípios estruturantes da sociedade, gerando um estado de preocupação extrema.

Goode e Ben-Yehuda (2009) definem o pânico moral a partir de cinco critérios essenciais. O primeiro aspecto é a *inquietação* em relação ao comportamento de um grupo específico, percebido como prejudicial a determinados setores da sociedade. Esse temor inicial leva à *hostilidade*, na qual o grupo em questão passa a ser visto como inimigo e como ameaça aos valores sociais predominantes, criando uma divisão entre os “bons” e os “desviantes”. Para que um pânico moral se estabeleça, é necessário que a mídia forje um *consenso social* de que a ameaça representada pelo grupo é real e grave. No entanto, muitas vezes essa percepção não corresponde à realidade, configurando um fenômeno de *desproporção*, no qual a ameaça é exagerada em relação aos fatos concretos. Por fim, o pânico moral caracteriza-se pela *volatilidade*, podendo surgir e desaparecer rapidamente, apesar de suas causas estruturais permanecerem presentes. Esses elementos ajudam a compreender como determinados temas se tornam centrais

no debate público de forma abrupta e emocional, influenciando políticas e discursos sociais.

É importante dizer que o pânico moral ocorre sempre sobre algo concreto. Nas palavras de Young, “não se pode ter um pânico moral sem que haja algo moralmente inquietante para se entrar em pânico, ainda que esse algo não seja o verdadeiro objeto do medo, mas sim o deslocamento de outro temor ou, mais frequentemente, uma mistificação da real ameaça representada pelo objeto de apreensão” (YOUNG, 2007, p. 53, tradução nossa). Logo, não se trata de uma ilusão irracional ou uma interpretação distorcida da realidade. O pânico moral simboliza a desordem e a ameaça aos valores tradicionais, ao mesmo tempo em que serve como mecanismo de reafirmação dos valores que se deseja preservar. Durante episódio de pânico moral, o que é atípico passa a ser percebido como típico, a exceção se transforma em regra, o raro torna-se frequente e o insignificante adquire proporções exageradas. No entanto, é a forma política de enquadrar e comunicar esses problemas que alimenta e intensifica a ampliação do pânico moral na sociedade, transformando ansiedades difusas em narrativas mobilizadoras, legitimando ações repressivas e consolidando divisões ideológicas que servem a interesses específicos de poder.

O desenvolvimento do pânico moral está ligado às dinâmicas de poder e controle social. Os elementos discursivos que o fomentam são frequentemente mobilizados por “indivíduos que pensam à direita” (COHEN, 1972, p. 9, tradução nossa) e por agentes comprometidos com a manutenção da ordem estabelecida. Além disso, a mídia, marcada por uma estrutura pouco diversa, apresenta uma forte tendência conservadora e está cada vez mais centralizada e oligopolizada. Esse cenário contribui para que temas geradores de pânico moral estejam, em grande parte, direcionados a grupos socialmente marginalizados, cujas posições são determinadas por processos de estratificação de classe, gênero, orientação sexual e hierarquia moral. Esses grupos, frequentemente denominados “classes perigosas”, são historicamente associados à pobreza e sujeitos a mecanismos de punição e controle social (WACQUANT, 2003).

O conceito de pânico moral por si só não explica a complexidade das relações que estabelecem os mecanismos de mobilização da extrema-direita no Brasil. Para tal, é preciso associar a ideia de pânico moral à análise dos discursos para entender de que maneira as atividades do dia a dia se tornam moralizantes

em forma de julgamentos que constituem os jogos de verdade entre o “certo” e o “errado” para controlar o debate público. É importante lembrar que os pânimos surgem a partir da agitação de diversos segmentos sociais, se mantêm na superfície da sociedade por algum tempo e depois desaparecem, mas sem antes fazer estrago e deixar sequelas.

Sociologicamente, a definição de pânico moral pode ser resumida como fenômeno social que ocorre quando há reação exagerada e coletiva da sociedade em relação a um grupo ou comportamento percebido como ameaça às normas e valores sociais, geralmente ampliado pela mídia e acompanhado por intensa indignação e clamor público. Mas é preciso tomar alguns cuidados teóricos. Em primeiro lugar, como já foi dito, o pânico moral não deve ser entendido como algo excepcional, fruto de reação irracional. Ao contrário, o pânico moral representa formas de ação social rotineira, racional e de comunicação política. O pânico moral está longe de ser visto como fenômeno irracional aleatório que surge de tempos em tempos: deve ser visto como componente de manutenção do universo simbólico produtor de normalidade. Em linhas gerais, entende-se o pânico moral como ameaça de ruptura em relação à moral normativa utilizado por agentes da extrema-direita como ferramenta de controle social e manutenção da ordem hegemônica.

A relação entre pânimos morais e a extrema-direita no Brasil

Nas últimas décadas, observamos uma crescente consternação, no Brasil e no mundo, em torno de sucessivos pânimos morais, os quais, ao refletirem a construção de ameaças percebidas, evidenciam os anseios de controle social em contextos de instabilidade. Mais recentemente, alguns debates tomaram magnitude tão ampla na sociedade brasileira que, por um lado, não era mais possível ignorar ou justificar a ausência de estudos de natureza sociológica sobre o assunto. Por outro lado, nota-se que a reação de alguns setores da sociedade diante da percepção do perigo percebeu-se desproporcional em relação ao fato em si. Como este trabalho propõe uma abordagem crítica para compreender a instrumentalização dos pânimos morais, cabe apresentar essas complexas construções sociais – que operam no plano moral e envolvem diferentes atores – a partir das discussões dos pânimos recentes que foram capazes de envolver questões políticas, sociais, religiosas e de gênero.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, diversos pânicos morais foram mobilizados como estratégias discursivas para influenciar a opinião pública, potencializar medos, polarizar o debate político e consolidar apoio entre grupos específicos. Esses pânicos morais operaram como mecanismos de comunicação política, explorando o medo e a indignação para exacerbar conflitos culturais e sociais. Nesse período, determinados temas foram instrumentalizados para reforçar divisões políticas e ideológicas, configurando um cenário de acirramento discursivo.

Nesse sentido, a polarização foi utilizada como ferramenta de mobilização social que transcendeu o simples conflito ideológico. No governo Bolsonaro, a retórica polarizadora não apenas refletia divisões já existentes na sociedade brasileira, mas também as aprofundava, promovendo um ambiente de constante tensão e desconfiança. O medo e a indignação foram explorados de forma sistemática, convertendo-se em elementos centrais da comunicação política bolsonarista. A criação de inimigos imaginários comuns, sejam eles internos ou externos, foi fundamental para sustentar a narrativa de que o governo estava lutando contra ameaças existenciais à nação.

O presente estudo: nota metodológica

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise de discurso, a fim de compreender os mecanismos simbólicos e afetivos mobilizados pela extrema-direita durante o governo Bolsonaro. O mapeamento sistemático dos episódios de mobilização moralizante foi conduzido a partir de uma análise heurística da realidade brasileira, orientada pela investigação crítica de fenômenos sociais relacionados ao controle simbólico, à estigmatização de grupos e à radicalização do debate público. A seleção dos casos analisados foi guiada por sua recorrência nos discursos políticos e midiáticos entre 2019 e 2022, e por sua centralidade na construção de “inimigos morais” em torno dos quais se estruturaram estratégias de polarização e mobilização emocional. Essa metodologia permitiu articular dimensões teóricas e empíricas, evidenciando como os pânicos morais foram instrumentalizados como estratégias de controle simbólico e comunicação política.

A seguir, destacam-se alguns dos principais pânicos morais mobilizados durante o governo de extrema-direita no Brasil.

Pedofilia

No Brasil, até meados da década de 1990, o maior exemplo de pânico moral envolvendo abuso sexual infantil foi, sem dúvida, o caso da Escola de Educação Infantil Base (ou simplesmente Escola Base), ocorrido em São Paulo em 1994. Considerando que não há pânico moral sem que exista algo a ser temido, seja um objeto real ou uma mera ameaça, o caso da Escola Base se destacou como um exemplo paradigmático para ilustrar essa formulação (RODRIGUES, 2017). Na história recente, houve episódios em que questões relacionadas à pedofilia foram amplamente divulgadas pela mídia, gerando um intenso pânico na sociedade. Tais episódios frequentemente se caracterizaram por reações sociais exageradas, emocionais e coletivas, muitas vezes alimentadas pelo sensacionalismo midiático e por crenças populares infundadas.

A reportagem da *Agência Pública*², publicada em 17 de julho de 2020, revelou que grupos evangélicos e seguidores de Olavo de Carvalho desempenharam papel significativo na disseminação de notícias falsas que associavam a esquerda à pedofilia. Essa narrativa ganhou força quando o site *Gospel Prime* publicou uma matéria infundada sobre o suposto crescimento de “grupos pela legalização da pedofilia nas redes sociais”. Essa informação foi amplamente compartilhada em grupos de WhatsApp cristãos e nas redes sociais evangélicas. Posteriormente, Bolsonaro reforçou a falsa acusação em um tuíte, sem apresentar evidências, expandindo ainda mais o alcance da *fake news*.

Fruto de prioridades midiáticas e do oportunismo político da extrema-direita, o combate à pedofilia se tornou então um dos principais lemas de grupos conservadores. A ideia de que a pedofilia é um problema generalizado se transforma em uma das maiores ansiedades da sociedade, ao colocar as crianças diante de um risco extremo. Nesse sentido, associar a pedofilia ao pensamento de esquerda configura uma estratégia política deliberada de estigmatização e criminalização de adversários, fundamentada em significados socialmente construídos que emergem de estímulos provocados pelo pânico moral, o qual não apenas aumenta medos coletivos, mas também redefine as fronteiras do debate público e justifica a adoção de práticas repressivas em nome da proteção da moralidade.

² <https://apublica.org/2020/07/grupos-evangelicos-e-olavistas-ajudaram-a-espalhar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-esquerda-e-pedofilia/>

Ideologia de gênero

O pânico moral se manifesta de forma contundente nas discussões relacionadas à sexualidade e ao gênero, especialmente no debate em torno da chamada “ideologia de gênero”. Esse pseudoconceito, amplamente utilizado por setores conservadores, criou uma falsa polêmica sobre o ensino de questões de gênero e diversidade sexual nas escolas. O pânico moral em torno desse tema reflete não apenas a intensa polarização política do país, mas também a tendência de reações emocionais e desproporcionais diante de questões complexas e controversas. De acordo com Mudde (2019), as opiniões da extrema-direita sobre gênero e sexualidade são moldadas, em grande parte, por seu nativismo, frequentemente definido em termos étnicos e raciais. Para o cientista político, grupos feministas são acusados de desestruturar a família tradicional e, em última instância, ameaçar a sobrevivência da nação.

Aqueles que utilizam o termo “ideologia de gênero” frequentemente o fazem para descrever a existência de uma suposta teoria desenvolvida para desconstruir papéis de gênero tradicionais e enfraquecer a sociedade. Essa narrativa foi amplificada no contexto político brasileiro, como exemplificado pela declaração da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, durante sua posse, em que afirmou: “é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”³.

Essa frase, longe de ser inofensiva, pode ser interpretada como tentativa de reforçar estereótipos de gênero e consolidar uma visão conservadora sobre educação e os papéis sociais atribuídos a meninos e meninas. Tal posicionamento não apenas reproduz desigualdades de gênero, mas também evidencia a polarização ideológica que domina o debate sobre essas questões no Brasil contemporâneo.

O governo Bolsonaro utilizou amplamente o termo “ideologia de gênero” como ferramenta para mobilizar pânicos morais, associando-o a uma suposta “erosão dos valores familiares”. Declarações sobre o chamado “Kit Gay”, feitas ainda durante a campanha presidencial, tiveram como objetivo estigmatizar educadores, desacreditar políticas de diversidade e promover retrocessos nas

³ <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe/>

iniciativas relacionadas à educação sexual. Esses materiais foram acusados, de forma infundada, de incentivar a homossexualidade entre crianças, sendo amplamente instrumentalizados por lideranças para mobilizar eleitores e reforçar agendas moralistas (OLIVEIRA et al., 2020). Além disso, Bolsonaro e seus aliados frequentemente alertavam sobre a existência de uma suposta “doutrinação” em salas de aula, argumentando que tais práticas ameaçariam a moralidade das crianças. Esse discurso foi eficaz para mobilizar setores conservadores e religiosos, que viam essas questões como um ataque à estrutura familiar tradicional.

Esse fenômeno ilustra como o pânico moral se desenvolve: há a ação (iniciativas de educadores e feministas), a reação (movimentos de resistência, campanhas e formulação de leis) e os impactos (controle social do comportamento e a retração de direitos). Assim, o pânico moral em torno da “ideologia de gênero” não se limitava a boatos ou reações irracionais, tratava-se de uma questão politicamente instrumentalizada por atores que se apresentavam como respeitáveis, incluindo meios de comunicação e líderes que se autodenominavam “defensores da moralidade”. Essa construção narrativa explora ansiedades sociais profundamente enraizadas, transformando o medo em uma poderosa ferramenta de mobilização política.

Defesa da família tradicional e críticas ao movimento LGBTQIA+

Em evento com evangélicos em outubro de 2021, Bolsonaro reafirmou sua defesa da família tradicional composta por “homem e mulher”. Essa declaração foi feita no contexto em que Bolsonaro buscava consolidar seu apoio entre a comunidade evangélica, enfatizando valores morais sobre família. O ex-presidente criticou a discussão sobre diversidade sexual e de gênero, apresentando sua visão como forma de preservar os “fundamentos da família”. Bolsonaro afirmou que família é homem e mulher porque está na “Constituição e na Bíblia”⁴.

A defesa da chamada “família tradicional” constituiu um dos pilares centrais do discurso político do governo Bolsonaro, frequentemente apresentada como um contraponto a supostas “ameaças” associadas aos movimentos feministas, LGBTQIA+ e outras pautas progressistas. Essa retórica, amplamente

⁴ <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-defende-familia-formada-por-homem-e-mulher-em-evento-com-evangelicos/>

explorada em sua base discursiva, visava consolidar o apoio de grupos religiosos e conservadores, muitos dos quais identificam na família nuclear heteronormativa um ideal moral e social a ser protegido. No entanto, tal estratégia discursiva não apenas reforçou narrativas excludentes, como também intensificou preconceitos e discriminações, criando um ambiente hostil às diversidades de gênero e sexualidade. O ex-presidente chegou a proferir declarações abertamente homofóbicas, como afirmar que preferiria um filho morto a um filho gay, evidenciando o caráter violento de sua postura. Além disso, houve reiterados ataques a ações afirmativas e manifestações culturais, como o carnaval de rua e a Parada do Orgulho LGBTQIA+, transformando marcos de visibilidade e resistência em alvos de deslegitimação política.

A retórica governamental extrapolava o campo discursivo ao gerar efeitos concretos na vida de indivíduos e grupos. O aumento da discriminação, a hostilidade social e a perseguição política forçaram diversas figuras públicas a se exilarem do país, como o ex-deputado federal Jean Wyllys, a escritora Márcia Tiburi e a professora da Universidade de Brasília Débora Diniz. Tais casos ilustram como discursos de ódio, quando legitimados por lideranças políticas, podem intensificar tensões sociais e gerar violações aos direitos humanos, especialmente contra minorias.

61

Doutrinação ideológica nas escolas: Escola sem Partido

Durante o governo Bolsonaro, consolidou-se um discurso que acusava professores e instituições de ensino de promoverem uma agenda marxista, frequentemente referida como “doutrinação marxista”. Essa narrativa foi utilizada para deslegitimar a educação crítica e plural, associando práticas pedagógicas a uma suposta influência ideológica de esquerda. A ideia de que escolas e universidades estavam sob controle de uma agenda política foi central no bolsonarismo e serviu de justificativa para projetos como o Escola sem Partido, que buscava restringir a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula. Como consequência, instaurou-se um clima de vigilância sobre os docentes, reduzindo sua autonomia pedagógica e favorecendo práticas de censura educacional em determinados contextos.

Essa ofensiva também se manifestou por meio de ataques diretos a figuras e políticas educacionais, como a desqualificação do legado de Paulo Freire,

a tentativa de interferência no conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a rejeição ao ensino de educação sexual nas escolas. Essas ações refletiram um projeto político da extrema-direita e a limitação do pensamento crítico no ambiente educacional, aprofundando tensões entre o governo e a comunidade acadêmica.

Durante todo o mandato, Bolsonaro manifestou apoio explícito ao projeto Escola sem Partido, apresentando-o como mecanismo para neutralizar influências político-partidárias no ambiente escolar. Em 23 de maio de 2019, o jornal *El País Brasil*⁵ publicou matéria que analisava as iniciativas do governo Bolsonaro voltadas para a reconfiguração ideológica das instituições de ensino ao governo. As ações foram justificadas pelo governo sob a alegação de combater a suposta “doutrinação de esquerda” e a “balbúrdia” nas universidades, termos que se tornaram centrais no discurso da extrema-direita.

Ataques violentos nas escolas

Os ataques violentos em escolas são eventos trágicos que geram medo e pânico, causando profundo impacto emocional nas comunidades escolares, nas famílias e na sociedade em geral. No entanto, o medo e o pânico moral podem gerar respostas desproporcionais e emocionais, em vez de decisões fundamentadas em evidências e na compreensão realista dos riscos e das melhores práticas de prevenção.

O relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, publicado pelo Instituto Unibanco em 2022⁶, apresenta um panorama detalhado dos fatores que contribuem para a radicalização de adolescentes, destacando a influência das redes sociais, a difusão de discursos de ódio e o impacto de narrativas políticas que legitimam práticas violentas e excludentes. O estudo apontou que o governo Bolsonaro desempenhou um papel central na normalização de discursos polarizadores, que não apenas intensificaram tensões sociais, mas também criaram um ambiente propício para o avanço de ideologias extremistas. A retórica governamental que frequentemente evocava temas como o combate à “doutrinação

⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html

⁶ <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-relatorio-o-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-escolas-e-alternativas-para-a-acao-governamental>

ideológica” e a defesa de valores conservadores contribuiu para a construção de pânicos morais em torno da escola como um espaço de disputa política e cultural.

O relatório também apontou a romantização da violência como forma de controle social por meio de discursos que legitimam a repressão e o uso da força como resposta a conflitos e divergências no espaço escolar. Esse tipo de narrativa, amplificada por lideranças políticas e por conteúdos disseminados digitalmente, contribuiu para a naturalização de atos violentos entre adolescentes. Além disso, o relatório sublinhou que os pânicos morais serviram como instrumentos de controle social, ao mesmo tempo em que desviaram o debate público de problemas estruturais da educação, como o subfinanciamento, a precarização do trabalho docente e a desigualdade de acesso. Sob a ótica discursiva, a construção de inimigos simbólicos – sejam professores, minorias ou mesmo a própria escola – desempenhou um papel fundamental na manutenção de uma lógica autoritária, que articula exclusão e discurso de ódio como estratégias de poder.

“Cidadão de bem” vs “Bandido bom é bandido morto”

O *slogan* “bandido bom é bandido morto”, frequentemente utilizado pela extrema-direita bolsonarista⁷, representa um exemplo clássico de como o pânico moral pode ser utilizado para moldar o debate público e justificar políticas autoritárias. Nenhuma frase reflete melhor a visão dicotômica da sociedade, na qual se contrasta a figura do “cidadão de bem” com a do criminoso, criando uma narrativa simplista que desconsidera as complexidades sociais e estruturais da violência. A associação entre criminalidade e ameaça à ordem social, frequentemente ampliada pela mídia, fomenta o medo, gerando uma falsa sensação de urgência que, por sua vez, legitima o endurecimento das políticas de segurança pública. Nesse contexto, o pânico moral não se restringe a uma questão de segurança, mas se estende à construção de um estigma social que marginaliza determinados grupos, frequentemente racializados e vulneráveis economicamente.

Ao transformar a violência urbana em uma questão moral – onde o criminoso é desumanizado e o “cidadão de bem” é idealizado – o discurso extremista legitima medidas de segurança pública que frequentemente violam direitos

⁷ <https://jacobin.com/2018/11/brazil-bolsonaro-security-guns-sivuca-militias>

humanos, como leis que facilitam o acesso às armas e políticas de “tolerância zero”. A eficácia simbólica desse discurso está intrinsecamente ligada à sua capacidade de gerar polarização e adesão a pânicos morais, criando uma atmosfera de urgência que justifica a adoção de medidas extremas.

O discurso armamentista, por exemplo, é apresentado como um direito do “cidadão de bem” para se proteger dos “bandidos”, ignorando os dados que indicam o aumento de homicídios em contextos de maior circulação de armas. Ao naturalizar a violência como resposta à violência, essa retórica não apenas perpetua o ciclo de insegurança, mas também deslegitima alternativas transformadoras, como políticas de prevenção, educação e combate às desigualdades estruturais. Assim, o *slogan* “bandido bom é bandido morto” revela-se não apenas uma frase de impacto, mas ferramenta política que consolida uma visão autoritária e violenta da sociedade. A narrativa do medo e da vingança social cria um ambiente no qual a racionalidade é substituída pela emoção, resultando em adesão crescente a políticas que, em última instância, perpetuam um ciclo de violência e desigualdade.

Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil vivenciou um fenômeno caracterizado pela mobilização de pânicos morais em torno de aspectos cruciais da gestão sanitária. A circulação de teorias negacionistas nas redes sociais e por agentes políticos da extrema-direita aumentou a desconfiança popular em relação à imunização. A narrativa predominante de minimização da gravidade⁸ da COVID-19 reforçou a percepção de que a vacinação seria desnecessária, contribuindo para o atraso na adesão às campanhas de vacinação e para a disseminação de desinformação em massa. A hesitação vacinal não emergiu apenas como fenômeno individual, mas como parte de construção social sustentada pela erosão da confiança nas instâncias tradicionais de produção do saber biomédico. Alimentadas por lideranças da extrema-direita, essas ações atrasaram significativamente a imunização e agravaram a pandemia, aumentando o número de mortes.

⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

A disseminação do pânico moral também se manifestou na defesa do chamado tratamento precoce, que incluía substâncias como a cloroquina e a ivermectina⁹, bem como na resistência à implementação do passaporte sanitário¹⁰. Enquanto o primeiro foi promovido como uma alternativa supostamente eficaz contra o vírus, legitimando a recusa da vacinação, o segundo foi atacado sob a retórica da suposta violação de liberdades individuais. Ambos os casos ilustram como pânicos morais foram mobilizados para minar políticas sanitárias baseadas em evidências, reforçando a polarização e a instrumentalização da pandemia como um dispositivo de poder.

O artigo de Ortega e Orsini (2020) analisa a resposta do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil, caracterizando-a como um caso paradigmático de neoliberalismo autoritário e governança pela ignorância. Os autores demonstram como Bolsonaro minou sistematicamente as diretrizes da saúde pública, promovendo desinformação e negligenciando a gravidade da crise sanitária (ORTEGA e ORSINI, 2020). Em vez de coordenar uma resposta eficaz, Bolsonaro rejeitou medidas científicas amplamente aceitas, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a vacinação em massa. A ausência de coordenação federal e as ações de sabotagem contra governadores e prefeitos que implementaram restrições locais, contribuíram para um colapso na liderança em saúde pública. Paralelamente, a retórica do ex-presidente minimizou a gravidade da doença, associando-a a uma “gripezinha” em pronunciamento oficial¹¹.

Ameaça do comunismo

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil vivenciou um fenômeno caracterizado pela disseminação de pânico moral ancorado na construção discursiva de um “inimigo interno” associado ao comunismo e ao globalismo. O bolsonarismo mobilizou retórica polarizante que articulava o espectro do comunismo como um “fantasma” capaz de desestabilizar os pilares fundamentais da sociedade bra-

⁹ <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/12/07/bolsonaro-chama-passaporte-sanitario-de-coleira-mas-nega-ser-antivacina.htm>

¹¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>

sileira, como a família tradicional, a liberdade individual e os valores cristãos. Essa narrativa, difundida por figuras como Olavo de Carvalho e influenciada por estratégias comunicacionais de atores internacionais, como Steve Bannon, promoveu uma visão conspiratória que conectava “agenda globalista”, movimentos progressistas e partidos de esquerda a um projeto de destruição da ordem social e econômica. A evocação dos regimes de Cuba e da Venezuela servia para galvanizar a percepção de uma iminente ameaça socialista, fomentando um estado de alerta constante entre setores conservadores da sociedade.

A disseminação desse pânico moral teve efeitos concretos sobre instituições educacionais e a esfera pública de debates. A acusação de uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas e universidades, amplificada pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub, e o projeto Escola sem Partido, discutidos anteriormente, serviram para deslegitimar professores e acadêmicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) e a grande mídia também foram alvos recorrentes dessa retórica, retratados como bastiões de uma elite progressista que atuaria em detrimento dos valores nacionais. Dessa forma, o governo Bolsonaro instrumentalizou o medo de uma radicalização política inexistente para sustentar uma base eleitoral mobilizada, convertendo a paranoia anticomunista em um eficaz dispositivo de controle ideológico e enfrentamento político.

A construção do “outro” demonizado permitiu ao governo Bolsonaro justificar medidas autoritárias e consolidar um projeto político que dependia de uma retórica de confronto para sobreviver. Dessa forma, ao alimentar uma visão conspiratória e alarmista, o bolsonarismo não apenas instrumentalizou o medo como estratégia política, mas também desestruturou a capacidade crítica da sociedade brasileira, impactando profundamente os debates sobre democracia, educação e direitos humanos no país.

“Cristofobia”, corrupção, guerra contra o politicamente correto e outros pânicos

Durante a campanha eleitoral de 2018, e ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, a extrema-direita estruturou sua comunicação política a partir da produção e instrumentalização de pânicos morais. A retórica da “cristofobia”, por exemplo, converteu uma suposta perseguição aos cristãos em elemento central do

discurso da extrema-direita, fortalecendo a aliança com uma parcela da população evangélica e apresentando o governo como defensor dos valores tradicionais. Esse processo não apenas mobilizou fiéis contra adversários políticos retratados como inimigos da fé, mas também reforçou a noção de que a ascensão da esquerda ao poder implicaria na erosão da moralidade cristã. Paralelamente, a construção discursiva da corrupção como mal absoluto, encarnado sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), consolidou a ideia de que a esquerda representava uma ameaça estrutural ao país. Esse pânico moral foi expandido pela Operação Lava Jato, que, em confluência com a grande mídia, sedimentou na opinião pública a percepção de que o retorno do PT ao poder equivaleria ao colapso da ordem política, econômica e moral do país.

O mesmo padrão de construção de inimigos sociais foi aplicado aos movimentos sociais e ambientais. O MST e o MTST foram sistematicamente retratados como grupos criminosos que ameaçavam a propriedade privada, legitimando ações repressivas e a criminalização de suas reivindicações. No campo ambiental, a retórica do governo se alinhou aos interesses do agronegócio, acusando ONGs e ativistas de conspirarem contra o desenvolvimento nacional. O ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sintetizou essa postura ao defender a necessidade de “passar a boiada”, sinalizando a intenção deliberada de desregular políticas ambientais sob o pretexto de impulsionar a economia¹². Essa mesma lógica foi aplicada à cultura, com a demonização de artistas e intelectuais como beneficiários de privilégios estatais via Lei Rouanet, reforçando a narrativa de que a classe artística estaria comprometida com uma agenda progressista¹³. A guerra contra o “politicamente correto” e a suposta censura imposta por movimentos sociais reforçou essa estratégia, justificando cortes de financiamento e censura a produções culturais no país.

A desconfiança nas instituições democráticas também foi intensificada pelo discurso de Bolsonaro, especialmente em relação ao sistema eleitoral¹⁴. O questionamento das urnas eletrônicas, amplamente disseminado por meio de

12 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-de-fende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

13 <https://diplomatie.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>

14 <https://www.aosfatos.org/noticias/desinformacao-urnas-abasteceu-artilharia-bolsonaro-contra-sistema-eleitoral/>

fake news e pelo uso estratégico de algoritmos em redes sociais, não apenas preparou o terreno para deslegitimar resultados eleitorais desfavoráveis, mas também reforçou a ideia de que uma intervenção militar poderia salvar o país da corrupção sistêmica. Esse processo, difundido pela dinâmica dos algoritmos das *big techs* e pelo que Yanis Varoufakis denomina de “tecnofeudalismo” (VAROUFAKIS, 2024), evidencia como a extrema-direita contemporânea opera por meio da produção contínua de pânicos morais, renovando medos e inseguranças que justificam políticas autoritárias. Dessa forma, o governo Bolsonaro mobilizou esses mecanismos discursivos não apenas para sustentar sua base eleitoral, mas para minar as bases do pluralismo democrático, polarizando o debate público e fomentando a percepção de que a restauração da ordem demandaria o enfraquecimento das instituições democráticas.

Quadro 1 – Episódios de pânico moral e seus efeitos políticos durante o governo Bolsonaro (2019–2022)

Pânico moral	Descrição	Efeitos políticos
Pedofilia	Associação infundada entre esquerda e pedofilia, com apoio de <i>fake news</i> e líderes religiosos	Criminalização de adversários políticos; mobilização de grupos conservadores e religiosos
Ideologia de gênero	Narrativa de que escolas promovem ‘doutrinação sexual’ e destruição da família	Mobilização da base religiosa; censura de conteúdos escolares; retrocesso em políticas de diversidade
Defesa da família tradicional / anti-LGBTQIA+	Exaltação da família heteronormativa e ataques à diversidade sexual e de gênero	Hostilidade contra minorias; exílio forçado de figuras públicas; legitimação de políticas conservadoras
Escola sem Partido / Doutrinação marxista	Acusação de que professores promovem ideologia de esquerda nas salas de aula	Censura educacional; vigilância sobre professores; erosão do pensamento crítico
Ataques violentos em escolas	Radicalização de jovens via discursos de ódio e violência	Criação de clima de medo; desvio de debates sobre problemas estruturais da educação
“Cidadão de bem” vs “bandido bom é bandido morto”	Polarização entre “bons cidadãos” e “criminosos”, com exaltação da violência punitiva	Apoio ao armamentismo; endurecimento das políticas de segurança; marginalização de grupos vulneráveis

Pânico moral	Descrição	Efeitos políticos
Pandemia de COVID-19 (negacionismo)	Disseminação de desinformação sobre vacinas e minimização da gravidade da pandemia	Erosão da confiança científica; agravamento da crise sanitária; mobilização contra políticas públicas de saúde
Ameaça comunista / globalista	Construção de inimigos internos e externos ligados à esquerda e à “agenda global”	Legitimação do autoritarismo; criminalização de movimentos sociais e acadêmicos; mobilização da paranoia anticomunista
Cristofobia / anticorrupção / guerra ao politicamente correto	Narrativas moralizantes contra inimigos difusos (ateus, artistas, ONGs, PT)	Fortalecimento da base conservadora; repressão cultural; deslegitimação das instituições democráticas

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerações finais

O governo Bolsonaro instrumentalizou pânicos morais como mecanismo de consolidação de seu projeto político, acarretando consequências deletérias para a democracia brasileira. Contudo, a ascensão da extrema-direita no Brasil não se restringiu ao discurso, mas materializou-se na reorganização do debate público. A constante evocação de inimigos internos e externos — sejam eles a “ideologia de gênero”, a suposta “ameaça” comunista, a pandemia de COVID-19 ou mesmo instituições como o STF — serviu para legitimar uma postura beligerante do governo e para consolidar um projeto político autoritário. Esse mecanismo discursivo, ao apelar para as ansiedades de uma parcela significativa da população preocupada com a perda de privilégios e com as transformações socioculturais contemporâneas, estabeleceu uma lógica de exclusão e antagonismo que corroeu as bases do debate público no país.

Segundo Sean Hier (2011), os pânicos morais configuram-se como distúrbios voláteis e efêmeros no longo curso da regulação moral e tendem a emergir quando essa regulação entra em colapso. Durante esses episódios, a moral dialética, que justapõe discursivamente estratégias de gestão de risco individual com dimensões coletivas de dano, é invertida, de modo que os pânicos morais se dissociam das estratégias coletivas de administração do risco. Dessa forma, o

pânico moral deve ser concebido como uma manifestação volátil, móvel e fluida de um projeto mais amplo, profundo e prolongado de regulação moral.

No entanto, a questão central que emerge consiste em saber: qual o elemento moral do pânico moral? A partir das contribuições de Max Weber em *Economia e Sociedade* (2000), é possível compreender que a “moral” em um pânico moral refere-se à expressão de ultraje diante da violação de valores absolutos. Weber distingue entre *Zweckrationalität* — uma racionalidade instrumental voltada ao cálculo de meios para atingir fins específicos, independentemente de considerações éticas — e *Wertrationalität*, uma racionalidade moral baseada na valorização de determinados objetivos. Nos pânicos morais, portanto, a hostilidade emerge da percepção de que determinados comportamentos ou transformações violam os princípios fundamentais que sustentam a decência, a virtude e o que é considerado correto por setores específicos da sociedade.

Os pânicos morais analisados neste estudo mobilizam valores a serem preservados e são amplificados por distintos atores sociais. A mídia, ao divulgar e reiterar casos supostamente alarmantes, desempenha papel central na propagação dessas dinâmicas, assim como representantes do sistema de justiça, incluindo defensores públicos e a polícia, que legitimam tais discursos. Ademais, ativistas de movimentos sociais conservadores e religiosos organizam campanhas, promovem proselitismo e pressionam instâncias políticas para endurecer legislações. Por fim, a população em geral, especialmente os eleitores, não apenas internalizam essas narrativas, mas também as reproduzem em suas práticas cotidianas. Carla Machado (2004) estende esse diagnóstico ao correlacionar pânicos morais com processos de globalização, desregulação dos mercados e afastamento dos cidadãos da esfera política, evidenciando como a ansiedade social é instrumentalizada para legitimar o populismo autoritário de direita e a expansão do controle estatal.

Os pânicos morais são, ao mesmo tempo, atávicos e contagiosos. Ainda que sejam representados como manifestações exóticas, marginais e atípicas de eventos descaracterizados, os pânicos morais revelam dimensões latentes da realidade social que, de outro modo, permaneceriam obscurecidas. Longe de constituírem fenômenos meramente ilusórios e irracionais, esses pânicos podem ser entendidos como resultados de estratégias de mobilização política. Seu alicerce reside em discurso moralizante que fomenta a construção de “inimigos” e “ameaças” que, ao serem distorcidos e exacerbados pela mídia e por grupos de

interesse, resultam em danos desproporcionais e, por vezes, catastróficos para a sociedade. Assim, os pânicos morais, ao mesmo tempo em que refletem ansiedades sociais profundas, perpetuam ciclos de desinformação e deslegitimação institucional que impactam, de forma duradoura, na sociedade e nos valores democráticos.

Referências

- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. St. Albans: Paladin, 1972.
- GOODE, Erick; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- HIER, Sean. *Moral panic and the politics of anxiety*. London: Routledge, 2011.
- MACHADO, Carla. “Pânico moral: para uma revisão do conceito”. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, v. 4, n. 7, pp. 60-80, 2004.
- MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- OLIVEIRA, Cleide E.; BITTENCOURT, Nadir de F.; SOUZA, Veralúcia; PIMENTEL, Paulo S.; ORMOND, Kátia T.; SILVA, Isabel C. “A construção do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidades nos discursos ultraconservadores no Brasil”. *Ex aequo*, n. 41, pp. 27-44, 2020.
- ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. “Governing COVID-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership”. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, pp. 1257-1277, 2020.
- RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Technofeudalism: what killed capitalism*. Hoboken: Melville House Publishing, 2024.
- WACQUANT, Löïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2000.
- YOUNG, Jock. *The drugtakers: the social meaning of drug use*. London: MacGibbon and Kee, 1971.
- YOUNG, Jock. “Slipping away: moral panic each side of the ‘golden age’”. In: Downes, D.; Rock, P.; Chinkin, C.; Gearty, C. (eds). *Crime, social control and human rights*. Devon: Willan Publishing, 2007, pp. 53-65.